

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) NO MUNICÍPIO DE SANTA INÊS/MA: OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Eriveth Silva Teixeira¹

¹Acadêmica do 7º período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Eixo III – Educação e trabalho docente: formação, renumeração, carreira e condições de trabalho
eriveths@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O trabalho docente é de suma importância para o processo ensino aprendizagem, pois contempla a formação que vai além de conhecimentos curriculares, potencializando uma visão crítica e participativa de sociedade. O docente para continuar apto a transmitir esse conhecimento necessita participar de formação continuada, pois por meio dela se adquire novas possibilidades de aprendizagem com o objetivo de desenvolver uma metodologia renovadora de práticas docentes construtivistas por meio de uma proposta calcada na formação continuada, como está bem implícito nas 28 diretrizes do Plano de desenvolvimento da educação (PDE), pautadas em resultados de avaliação, de qualidade e de rendimentos dos estudantes, por meio de práticas que visem despertar o interesse e a curiosidade do educando, mediante procedimentos que apontem para uma educação transformadora.

O Plano de ações Articuladas (PAR) foi criado para dar funcionalidade às 28 Diretrizes instituídas no PDE, que foi instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, no segundo mandato do governo Luís Inácio Lula da Silva. As diretrizes instituídas pelo PDE devem ser desenvolvidas até 2022, ano em que se comemorará o bicentenário da independência do Brasil. Nesse ano, o país deverá apresentar resultados favoráveis quanto à evolução do atendimento educacional, a ser avaliado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), cuja meta para o ensino fundamental nos anos iniciais de 6.0, o que significa que todas as diretrizes deverão ser postas em prática por meio do PAR das redes

públicas de ensino do país. entre as diretrizes instituídas no PDE, a formação continuada de professores se constitui de fundamental importância para lograr a qualidade da educação.

A elaboração do PAR baseia-se no diagnóstico da situação do atendimento educacional das redes públicas de ensino dos estados e municípios. Sua estrutura compreende quatro dimensões, que são:

- I – gestão educacional;
- II – formação de profissionais de educação;
- III – práticas pedagógicas e avaliação;
- IV – infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Ao tratar da elaboração do PAR, Albuquerque (2012) afirma que, Tanto estados quanto municípios precisam do diagnóstico situacional para elaborar cada dimensão dentro de suas estruturas, recursos e necessidades. O processo, tanto da construção do diagnóstico quanto de elaboração do PAR deve contar com técnicos da Secretaria Municipal de Educação (Semed), juntamente com os coordenadores, gestores e professores, além da comunidade escolar e membros da sociedade civil. A elaboração do PAR deve contar, também, com ajuda dos técnicos enviados pelo Ministério da educação (MEC) e com parcerias com universidades públicas. A participação desses sujeitos, de acordo com o documento do PDE, ajuda o município a retratar a realidade do atendimento da sua rede de ensino, que deve corresponder às reais necessidades do seu atendimento (BRASIL, 2007).

Esse autor aponta que todos estados e municípios para participarem do PAR, celebraram um acordo nos termos do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em 2007. No acordo celebrado em regime de colaboração entre União, estados e municípios, todos os entes federativos assumiram o compromisso de por em prática ações e programas para elevar a qualidade da educação das redes públicas de ensino.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar o processo de formação continuada de professores, desenvolvido por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), buscando perceber se a formação continuada oferece contribuições para a qualificação do trabalho docente, de modo a garantir a qualidade de ensino das escolas da rede pública do Município de Santa Inês, bem como para a elevação dos indicadores do Ideb neste município.

Objetivos específicos:

- a) Realizar estudos sobre a política do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, particularmente sobre as diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), buscando identificar, nas diretrizes contidas no PDE, as que se destinam à formação continuada de professores que foram contempladas no Plano de Ações Articuladas do Município de Santa Inês;
- b) Identificar, no âmbito das escolas, se existe ações voltadas para a formação continuada de professores, desenvolvidas por meio do PAR, na rede pública de ensino de Santa Inês, e se estão sendo implantadas levando em conta as condições estruturais e organizacionais da escola e as demandas dos professores envolvidos;
- c) Realizar, no âmbito da secretaria de educação e das escolas, observações sistemáticas, coleta de documentos, bem como gravação de entrevistas, com vistas à análise do fenômeno investigado e à elaboração do relatório de pesquisa;
- d) Socializar resultados da pesquisa em seminário específico promovido pela academia.

METODOLOGIA

A pesquisa se enquadra na abordagem qualitativa, estudando o caso da implantação das ações do PAR voltadas para a formação continuada de professores no Município de Santa Inês/MA.

Procedimentos: Análise documental; entrevistas semiestruturadas; observação sistemática.

Instituições investigadas: secretaria municipal de educação e duas escolas pertencentes à rede pública de ensino desse município

Participantes: Secretária de educação, professores e Gestores escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados colhidos por meio de documentos e de entrevistas com a Secretária de Educação e com a Coordenadora do PAR, permitiu não somente identificar o processo pelo qual as ações do PAR estão sendo praticadas, mas, também, estabelecer relação entre o PAR elaborado e o processo de execução das ações voltadas para a formação continuada da rede municipal de ensino de Santa Inês e assim fazer um cruzamento com as falas dos sujeitos envolvidos, em relação ao que diz os documentos e o que elas responderam nas entrevistas.

Foi dada visibilidade, também, a algumas questões que podem ajudar a compreender efetivamente a maneira como o PAR foi elaborado, bem como o impacto que oferece à melhoria da qualidade da educação das redes públicas municipais do país. Nesse sentido, entre as questões que integram o roteiro de entrevista, para esse primeiro momento da pesquisa, uma vez que a pesquisa ainda não chegou à escola e nem ouviu outros sujeitos. A primeira questão quis saber se ações de formação de professores foram disponibilizadas no PAR municipal no período da sua implantação; enquanto a segunda questão busca saber sobre o nível de participação de gestores escolares e professores na elaboração do PAR e na escolha das ações de formação continuada. Já a terceira questão indagou se o PAR tem contribuído para a melhoria da qualidade da educação da rede pública municipal do município.

CONCLUSÕES

Foi possível perceber, analisando o monitoramento do PAR do município, que no atual estágio em que o PAR se encontra algumas ações ainda estão em

andamento, outras sequer começaram e somente algumas foram concluídas. Contudo, a secretária de educação ressalta que o MEC tem correspondido às expectativas do município quanto às ações demandadas por meio do PAR, o que reafirma a crença da gestora na efetividade do PAR para o cumprimento do compromisso por uma educação de qualidade.

As próximas incursões que fará no sistema de ensino propiciarão mais subsídios para que outras análises sejam realizadas, podendo apontar para resultados mais conclusivos. A sensação que fica nesse primeiro momento da pesquisa é a de que ainda existem muitas pistas a investigar para desvelar se essa atual política do MEC, PDE/PAR, tem encontrado ressonância no sistema público de ensino de Santa Inês, e se tem contribuído para a efetiva melhoria da qualidade da educação desse sistema público de ensino.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. FONSECA, Marília. O PAR como indutor do planejamento da educação municipal. **in: Série-Estudos**. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. N.34, p. 61-74, (jul./dez. 2012). Campo Grande: UCDB, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6 094, de 24 de abril de 2007**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 de abr. 2007. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2007/Decreto/D6094.htm >. Acesso em 31/jan./2008.